

PRINCÍPIOS PSICANALÍTICOS

DE ENTRADAS E VARIEDADES CASUAIS

Organizadores

Estanislau Alves da Silva Filho

Ivan Ramos Estevão



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P957 Princípios psicanalíticos: de entradas e variedades casuais [recurso eletrônico] /
 Estanislau Alves da Silva Filho, Ivan Ramos Estevão... [et al.]. – Cachoeirinha :
 Fi, 2023.

252p.

ISBN 978-65-85725-03-3

DOI 10.22350/9786585725033

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Psicanálise – Princípios. I. Silva Filho, Estanislau Alves da. II. Estevão, Ivan Ramos

CDU 159.964.2

9

A ENTRADA EM ANÁLISE E A CATÁSTROFE: FUNDAR A SUBJETIVIDADE NA PRECARIZAÇÃO DA VIDA

Clarice Pimentel Paulon ¹

Narrar um evento clínico, seja ele uma sessão em consultório, uma escuta em grupo dentro de dispositivos institucionais ou uma intervenção aberta em uma oficina ou coletivo, seja ele, ainda, uma pontuação a ser feita em um corredor ou praça qualquer, diz desse lugar de travessia, ou, como Costa-Rosa (2013) formula, de intercessão: termo emprestado da Esquizoanálise para afirmar desse lugar da intervenção analítica, feita em qualquer espaço desde que orientada aos sentidos e ressignificações que se apresentam no jogo articulado e mal-ajambrado entre o inconsciente e a consciência.

O evento clínico tem ainda duas funções: a terapêutica – com a finalidade de remanejamento e possível apaziguar de angústias – e a analítica, com abertura a retificações subjetivas e posicionamentos outros, nos processos de enunciação e aparecimento do sujeito. De que modo construir esse evento em um espaço cuja precarização se sobrepõe às lógicas de cuidado, devastando todas as possíveis potências do espaço, sendo o discurso e os indivíduos constantemente confrontados com a morte? Diante desse cenário, os termos *catástrofe* e

¹ Psicóloga, psicanalista, especialista em gestão em saúde pública (Unicamp), pós-doutoranda no Instituto de Psicologia da USP. Professora e supervisora da residência em rede da prefeitura de São Paulo (8 Coreme)

urgência aparecem como organizadores do espaço subjetivo e material do cotidiano em que esses eventos clínicos e suas intervenções acontecem: os cemitérios de São Paulo.

O termo catástrofe, tal como o *Ouroborus*, quando de suas derivações semânticas para o vocabulário psicanalítico, liga as duas pontas da vida pela noção de desamparo – o que ocorre ao nascer: que inaugura o nosso “caminhar-acompanhado” – *impreterivelmente* – pela vida; e a morte, o luto, nossas formas de elaboração frente às nossas perdas de referências territoriais, culturais, políticas e afetivas, nossa relação com a solidão: o desamparo associa-se ao nosso lastro simbólico esvaziado, quando do nosso nascimento e de nossas grandes perdas. É necessário que se tenha o *tempo*, o *lugar* e a *posição* para construir coordenadas experienciais, tal como Agamben (2010[2008]) propõe em sua noção de paradigma² – frente a catástrofe e, talvez, esse seja justamente o trabalho da psicanálise nesses impasses: o de criar registros – este ato de criação urgente que não deve ser encurtado e sim, escandido temporalmente, para que o sujeito surja reorganizado em sua enunciação significativa.

A urgência é pensada aqui no sentido de historicizar e elaborar uma série contingencial de emergências: é um ato que precisa ser realizado para que se funde a escuta daquilo que emerge como índice de uma experiência inaudita: o sintoma, àquilo que se atualiza enquanto fenômeno até que seja narrativizado, realocado na história de um

² O paradigma, tal como apresentado por Agamben, traz em seu cerne a noção de “evento exemplar”, unindo as relações entre o particular e o universal e derivando, em cada situação, o arranjo singular e comum de dada vivência histórica.

território – o do inconsciente – e, então, dissolvido, colocando em movimento uma narrativa que urge ser enunciada.

Podemos, então, entender o evento clínico como uma intercessão que abre uma fenda espaço-temporal no sentido da enunciação: este, antes insularizado e reificado, tal como o enunciado – emergente – pode escandir-se, ligar-se a outros significantes que produzam outras direções e engendrar história, corpo e memória urgentes a partir de uma presença sempre viva, concluída e inaugurada. Tal como enuncia Bairrão (2000) analisar é, portanto, mudar o destino: rearticular suas amarras significantes no campo de um saber desejoso, construindo pontes entre história e memória para ocupações futuras.

A partir dessas breves concepções acerca da escuta urgente da catástrofe, iremos, então, enunciar sobre esse destino passível de retificação quando do encontro cotidiano com a morte.

BREVE DESCRIÇÃO DO CASO:

Maio de 2020: sou convocada, pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, através da Escola Municipal de Saúde, a acompanhar os residentes de psiquiatria da prefeitura ao Serviço Funerário de São Paulo. Devido à pandemia da Covid-19 havia muitos funcionários afastados, muitos sepultadores, veloristas, motoristas e funcionários em função administrativa contaminados e o falecimento de uma querida funcionária e liderança sindical pela Covid, acirrou os ânimos do espaço. A gestão afirmava que havia uma sobrecarga de trabalho devido à pandemia e que muitos dos sepultadores estavam em

sofrimento psíquico, apresentando “quadros de ansiedade e surtos psicóticos devido ao medo de contaminação” (interpretação da gestão, entendida como demanda da autarquia). Foi por essa via que eu, como supervisora da residência de psiquiatria, passei a acompanhar semanalmente os residentes em seu novo cenário de práticas: os 22 cemitérios públicos de São Paulo.

ESCUA CLÍNICA DA MACROPOLÍTICA:

O que, inicialmente, e pelo discurso da gestão pareceu algo pontual – localizado na pandemia e nas dificuldades cotidianas que se apresentavam nos mais diversos setores de trabalho e da vida – começou a ser reconhecido e percebido como algo estrutural: a precarização sistemática do serviço funerário para que a autarquia seja extinta³ - ausência de concursos, falta de equipamentos e de reajuste salarial dentre outras condições materiais desses trabalhadores viverem e exercerem de forma digna a sua função – somava-se, também, a herança simbólica, o lastro cultural da sociedade ocidental em relação a morte: no capitalismo financeirizado e no avanço neoliberal de produtividade, infinitização e maximização de lucros e performances⁴ – “a morte é entendida como um fracasso” – como me disse, uma vez, um sepultador do cemitério da Penha, “e ninguém quer

³ A autarquia foi extinta em julho de 2022 e dividida entre 4 empresas privadas.

⁴ A subjetividade no neoliberalismo é construída a partir da recusa das relações de contradição que sustentariam a dialética pulsional que constitui o sujeito. Exclui-se a divisão subjetiva e opera-se a partir da lógica dos máximos investimentos em si mesmo e em sua produtividade, como se a contradição e o conflito fossem exteriores ao indivíduo. Para mais desenvolvimentos sobre essa perspectiva: Dardot e Laval (2016), Dunker, C. I. L.; da Silva Jr., N.; Safatle, V. (orgs) (2020), Harvey, D. (2008)

trabalhar com o fracasso”. Frases como essas são ditas em grupo, entre as sepulturas ou na igreja do cemitério, lugares onde realizamos essa escuta territorializada e, me fazem pensar nos efeitos discursivos da foraclusão⁵ da morte nos discursos hegemônicos, associadas ao apagamento da memória e da história (o que não se concluiu, não precisa ser narrativizado). Sobre a queda da narrativa nas sociedades ocidentais e sua relação com a morte, Benjamin (1994[1936]) afirma:

A ideia da eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica. Se essa ideia está se atrofiando, temos que concluir que o rosto da morte deve ter assumido outro aspecto. Essa transformação é a mesma que reduziu a comunicabilidade da experiência à medida que a arte de narrar se extinguiu. No decorrer dos últimos séculos, pode-se observar que a ideia da morte vem perdendo, na consciência coletiva, sua onipresença e sua força de evocação. Esse processo se acelera em suas últimas etapas. Durante o século XIX, a sociedade burguesa produziu, com as instituições higiênicas e sociais, privadas e públicas, um efeito colateral que inconscientemente talvez tivesse sido seu objetivo principal: permitir aos homens evitarem o espetáculo da morte. Morrer era antes um episódio público na vida do indivíduo, e seu caráter era altamente exemplar: recordem-se as imagens da Idade Média, nas quais o leito de morte se transforma num trono em direção ao qual se precipita o povo, através das portas escancaradas. Hoje, a morte é cada vez mais expulsa do universo dos vivos. Antes não havia uma só casa e quase nenhum quarto em que não tivesse morrido alguém. (A Idade Média conhecia a contrapartida espacial daquele sentimento temporal expresso num relógio solar de Ibiza: *ultima multis*). Hoje, os burgueses vivem em espaços depurados de qualquer morte e, quando chegar sua hora, serão depositados por seus herdeiros em sanatórios e hospitais. Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo sua

⁵ Foraclusão aqui compreendida como essa exclusão radical do lastro simbólico de qualquer possibilidade de significação da morte que não seja apenas ausência ou vazio recoberta pela ótica do fracasso.

existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade. (BENJAMIN, 1994, p. 202)

A ascendência da burguesia e o afastamento da morte do convívio social, segundo Benjamin, vai produzindo rupturas também quanto à experiência e sua capacidade de transmissão. Quanto mais recusamos a morte, maior dificuldade temos em experienciar a vida e suas vicissitudes e, contraditoriamente, mais mórbida e repetitiva; a vida se torna. Sem espaço para intervalos e interrupções, não há espaço para elaborar e ressignificar. Viver constitui-se um amontoado de dados sem história, memórias não narradas são apenas arquivos esquecidos, sem sentido e sem horizonte. O horizonte final, a morte, daria sentido ao agonizante da vida. E, em certa medida, os sepultadores, por não poderem se recusar a ver a morte todos os dias, são os últimos portadores desse saber.

A expulsão da ritualização da morte de nossos cotidianos também produz um outro efeito: o de continuidade e banalização das urgências, emergências e catástrofes, banalizando também o desamparo social criado por esses eventos e, normalmente, associado e naturalizado a grupos minoritários como negros, mulheres e indígenas. O desamparo, que, pela psicanálise, seria algo pontual na história de qualquer relação humana e constituição subjetiva, torna-se uma categoria específica de um

grupo que carrega, no corpo e na experiência, o apagamento de suas narrativas na história e constituição de um país. Este apagamento retorna como experiência de sofrimento no cotidiano desses grupos, fadados a repetição⁶ de uma lógica da qual são o índice de exclusão por excelência.

Em contraposição a esse desamparo banal e generalizado, elege-se, em outros espaços, um horror localizado e escolhido, tal qual a guerra entre Rússia e Ucrânia em 2022. A guerra surge como algo pontual e específico, uma emergência de uma condição de subjugação de um país sobre o outro, que passa a ser historicizada no decorrer dos acontecimentos. Perde-se a dimensão dialética da estruturação da história: esta é contada sob a perspectiva dos vencedores. Se, de um lado, há apagamento pela banalização do desamparo, no polo oposto há hipervisualização pelo recorte pontual e micropolítico do desamparo – ambos são tomados como informação não narrativizável e compartilhável: a morte é uma pulverização de atos repetitivos ao longo de uma vida a-histórica: os negros e a escravidão, as mulheres e o patriarcado, a questão indígena e o colonialismo; no polo oposto, Ucrânia e Rússia, esta última entendida como União Soviética e o socialismo dominador contra a civilidade do ocidente – civilização X barbárie. Apagamento de um lado, aos grupos minoritários, e hipervisualidade do outro, impedindo-nos de interpretar as complexas tramas históricas que unem vida e morte e que podem concluir-se para transformar, ao invés de repetir.

⁶ Este empuxo a repetição enunciado não significa que é da ordem do impossível, aos grupos minoritários, resignificar-se e ocupar outros espaços, mas, sim, que, dentro de uma lógica capitalista, as condições de possibilidade de transformação são menores e organizadas a partir da lógica da escassez.

A banalização da morte, em um polo e sua hipervisualização em outro, se relacionam, então, com a ausência, no nosso cotidiano, da morte e suas ritualizações, do envelhecimento e da possibilidade de mudança de registros temporais sem que estas sejam entendidas como patológicas: na época do trabalhador “just-in-time”, o sepultamento também se realiza da mesma forma, só sendo permitido tempo aos que podem pagar por ele. Esses trabalhadores são, portanto, o sintoma, no sentido de índice, da articulação que realizamos naturalmente entre precarização e morte, entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade psíquica, entre desamparo constitutivo e desigualdades sociais. Articulações que nos impedem de escutar o singular, atravessado pela história. Segundo Rosa: “A constituição subjetiva que articula real, simbólico e imaginário se processa concomitantemente com o problemático encontro com o campo social” (ROSA, 2016, p. 24). Este campo e, conseqüentemente, a constituição subjetiva, é marcado por relações de poder e seus abusos, formas de opressão e modalidades de violência para além e juntamente com as formas de governar.

Toda essa significação não é sem consequências: a morte, sinônimo de fracasso, de precarização, produzem uma gestão dessa situação calcada no constante esvaziamento de cuidados em relação a esse trabalho: o serviço funerário trabalha com material que sobra de outras secretarias, carros que iriam para a reciclagem, EPIs que foram descartadas de outras áreas. O primeiro dado de análise, macroestrutural e estruturante das posições subjetivas que serão ocupadas pelos agentes desse espaço, nos mostram o arranjo possível ao

qual esses trabalhadores estão amarrados e os enlaces significantes disponíveis à sua existência.



Equipamentos de trabalho presos por cadeados de bicicleta no cemitério Vila Formosa II.
(arquivo pessoal)

POSIÇÃO, HISTÓRIA E SINGULARIDADE: A TRANSFORMAÇÃO EM QUESTÃO

Essa constituição, então, sempre coletiva, nos produz parâmetros: balizas a partir das quais podemos nos subjetivar e buscar referências

culturais, afetivas, linguísticas e políticas. A impressão dessas marcas produz a nossa posição em um universo de relações e trocas. Quando estas relações estão atravessadas por condições de subalternidade, tal como observamos em casos de desigualdade social, de gênero ou de raça, o nosso mapa, como analistas, acaba se constituindo nos moldes de uma percepção precária e, muitas vezes, essa condição produz, um efeito de leitura e suposição especularizado: a precariedade do mundo feita de desigualdades indica a precariedade do sujeito: ilusões da meritocracia que muitas vezes nos tornam surdos quanto ao sofrimento e suas possibilidades de transformação.

É essa especularização, por exemplo, que pode originar enunciados tal como o proferido pelo deputado Arthur Lira, o “Mamãe Falei” quanto à condição das refugiadas ucranianas, afirmando que sua condição temporária de precarização era também a sua condição de precarização permanente como mulher: condições de produção previamente estabelecidas por uma discursividade hegemônica que fixa as precarizações e vulnerabilidades a determinados estereótipos, inviabilizando a sua transformação, ou seja, situando-as permanentemente no lugar de objetos.

Vemos, nessas formações discursivas, que a condição de temporalidade da situação de desamparo, tal como preconizada por Freud, não é levada em consideração, sendo entendida como uma forma permanente e estagnada. Segundo Freud (2014[1927]) o desamparo é uma condição inicial, que ultrapassa a condição biológica do sujeito e que aponta para a necessidade que temos do outro em nossa constituição subjetiva. Esse desamparo, marcado pelo nascimento, e que indica a nossa

impotência em viver sozinhos, pode ser revivido em momentos de privação e catástrofes, tal como o autor também apontou em *O futuro de uma ilusão* (FREUD, 2014[1927]). Nesses momentos, tal como no nascimento, encontramos-nos sem balizas subjetivas para elaborar acontecimentos, a temporalidade se suprime e se torna necessário produzir um alargamento temporal: abrir espaço para elaboração, cavar o tempo de compreender exatamente no aqui e agora. É necessário produzir espaço para elaborar, para que seja possível não mais repetir, tal como Freud nos ensina em *Recordar, Repetir e Elaborar* (2010[1914]). Esta condição de sustentação da elaboração só será possível a partir da construção de um tempo de compreender (LACAN, 1998[1945]) que nos dê balizas para a percepção, em reciprocidade, de sujeitos, ou seja, percepções de e entre seres desejantes.

Voltando à nossa experiência inicial junto ao Serviço Funerário, como esse alargamento temporal se produziu? Produziu-se através de aberturas para a narrativização e de propostas de reconhecimento associadas às modalidades de sofrimento e sua consequente transformação. Lembremos que uma das falas do (então) presidente Jair Bolsonaro, quando questionado sobre o que faria com os mortos da pandemia, foi: “Eu não sou coveiro” – frase que diz muito da posição subjetiva e política desses trabalhadores: pessoas que carregam nas suas ferramentas de trabalho todo o apagamento das condições de existência em uma vida precária.

Compreendidos como ladrões, bêbados, violadores de corpos – esse é o discurso social que atravessa o seu trabalho – são essas pessoas que estão cotidianamente nos cemitérios, com receio de sorrir ou contar

uma piada no ambiente de trabalho e, assim, desrespeitar o luto de algum munícipe velando seu ente querido. Pessoas que ficam paralisadas por meses depois da realização da primeira exumação, que escutam a história dos falecidos contadas por familiares, que, muitas vezes, sofrem violência verbal e física dos enlutados que não sabem o que fazer diante da sua dor: “você está jogando terra em cima porque não é sua mãe” – alguns escutam. Pessoas que, durante os primeiros seis meses de trabalho desenvolvem alucinações auditivas, sendo acompanhadas por choros, onde quer que estejam.

Sepultadores que, por trabalharem em diferentes cemitérios, acompanham a olhos nus as desigualdades sociais, afirmando que cemitérios como o Formosa, o maior cemitério público da América Latina, recebe cerca de 80 enterros diários, com mortes violentas de jovens, infartos ou suicídios, enquanto cemitérios como o Consolação – de administração pública, porém, com sepulturas de concessão (pagas pelos familiares), um dos mais tradicionais de São Paulo, recebem um ou dois enterros por semana, normalmente de idosos, com famílias em disputa judicial por herança.

Ter espaços em que possam narrativizar e que a dignidade de seu trabalho seja reconhecida é fundamental para darmos um passo adiante: escutar que potências tem esse território, esse conjunto de trabalhadores e quais os impactos de suas histórias em articulação com o social. É necessário criar solo comum de atenção e cuidado para que, então, possamos criar espaço para a escuta do inconsciente.

É essa aposta de narrativização que escuto em Benjamin (1994[1936]), em “O narrador”, ensaio utilizado anteriormente nessa escrita, no qual o

filósofo, observando que os “heróis” da I Guerra retornavam pobres em narrativas, em parte pela paralisia e pelo trauma que a própria situação da guerra produz, em parte pelo declínio da narrativa e da história oral, em detrimento da informação e da forma romance, contemporâneas à época, aponta a narrativa como uma forma de linguagem que possa abarcar a experiência. Benjamin (1994[1936]) afirmava que a informação era uma forma de linguagem na qual a interpretação já estava dada e que a narrativa era um espaço em que o extraordinário e o miraculoso poderiam ser contados com maior exatidão, dado que a interpretação ficava a cargo da relação entre interlocutores. Benjamin acusava que o declínio da narrativa se relacionava às dificuldades na lida com a temporalidade e a morte. Idosos não mais participavam do convívio social e eram internados em asilos, não havia interesse perante as suas histórias, a passagem para a morte e a relação pacífica e processual com o fim ficariam obliteradas, fazendo de toda a morte um fracasso (individual) e uma catástrofe (hereditária).

Dunker, em *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*, aponta para a necessidade de se produzir gramáticas de reconhecimento dos mais diversos tipos de sofrimento, estruturados a partir de narrativas. Nesse sentido, afirma que o sofrimento se estrutura tal como o transitivismo: “Experiências de sofrimento são aquelas que envolvem processos de indeterminação e inversão de sua significação” (DUNKER, 2015, p. 219), o que produz, sincronicamente, possibilidades de identificação entre pares e de transformação. Produzir, então, um espaço de narrativização dos processos de trabalho associados a emblemas simbólicos e culturais aos quais esses processos

estão submetidos possibilitam, ao mesmo tempo: (1) Identificarem-se como categoria de trabalhadores; (2) Reconhecer o sofrimento específico do seu trabalho; (3) Dissociar a precariedade social de sua constituição subjetiva; (4) Produzir transformações sociais não mais a partir do que Debieux (2016) denominou como desamparo discursivo, mas sim a partir de um discurso que localize no território suas potências, articulações e práticas de cuidado. Seria essa produção uma forma de atuação preventiva frente às catástrofes?



Intervenção em árvore no Cemitério da Penha: "Se fossemos perfeitos não teríamos nem nascido." (Arquivo Pessoal)

GESTÃO EM SAÚDE E ESCUTA DO SOFRIMENTO:

É nessa mesma aposta que se localizam as formas de pensar e fazer gestão em saúde coletiva. Campos (2008), em sua coletânea *Psicanálise e Saúde Coletiva*, aponta para a necessidade de um tempo de memória e um tempo de ação para a realização de estratégias em território que consigam observar as potências construídas pelas pessoas que circulam nos mais diversos espaços, nomeados como “território” a partir da noção cunhada por Milton Santos (2005) que preconiza que o território não é apenas um espaço geográfico, mas, também, político, cultural e afetivo.

As diretrizes do SUS preconizam a existência do território para a produção de saúde. Essas premissas, inicialmente entendidas a partir de critérios epidemiológicos da medicina social, que categorizavam áreas de risco para o cuidado de populações em situações precárias⁷, vão, a partir da saúde coletiva em sua articulação com a psicanálise, derivando para a noção de vulnerabilidade, entendendo que este era um modo de abarcar os impactos subjetivos de tais condições.

Enquanto o risco se detinha em condições reguladoras, probabilísticas e quantitativas, Campos⁷ (2008) afirma que a vulnerabilidade é especulativa e qualitativa. Significa, de algum modo, levar em consideração os impactos subjetivos frente à precarização. Entretanto, quando a avaliação da vulnerabilidade é realizada sem

⁷ Para uma elucidação dessa forma de gestão-saúde basta se aventurar pelo Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus, onde a autora apresenta, em alguns de seus relatos, a vinda dos profissionais de saúde para vermifugar crianças, ensinar sobre “a doença do Caramujo” e trazer normativas exteriores à comunidade, suas possibilidades materiais e seu arcabouço simbólico.

escuta, Campos afirma que os usuários do serviço de saúde acabam fixados na impotência, sendo a condição de precariedade entendida como permanente e não como transitiva. O sujeito torna-se objeto de cuidado e não um potencial agente transformador de suas relações e do seu espaço. O reconhecimento de vulnerabilidades sem o reconhecimento de potências leva à vitimização e a práticas éticas baseadas na tutela (COSTA-ROSA, 2013), é necessário lembrar o caráter relacional da vulnerabilidade.

Na saúde coletiva, realizamos a passagem da noção de *risco* para a noção de *vulnerabilidade* justamente para que seja possível caber, quando do cuidado e atenção a populações que estão às margens na sociedade, uma temporalidade dessa condição – o risco, extremamente objetivável, inviabiliza a percepção de potências que a condição temporária de vulnerabilidade pode evocar (CAMPOS, 2008).

Considerar a vulnerabilidade como transitória e temporária – tal como as narrativas de sofrimento preconizadas por Dunker – significa entendê-la e localizá-la em sua temporalidade no território, concebendo-a como uma situação e não como uma normativa. Uma situação de ausência de elaboração e representação deve ser diferenciada de uma situação de indeterminação e angústia, corriqueira ao consultório tradicional, para que não se corra o risco de adentrarmos no desamparo discursivo. Neste segundo caso, o tempo de compreender pode ser antecipado para o advento do sujeito, enquanto no primeiro ele deve ser alargado para ser narrativizado e, então, concluído: lembremos que o tempo de compreender, considerado por Lacan como o tempo da “reciprocidade entre sujeitos”, diz da percepção do que há de comum, e

que é constituinte, segundo o psicanalista, da nossa singularidade (DUNKER, 2015, p. 213). O tempo de compreender é o tempo de organização subjetiva entre pares, o tempo da transferência horizontal (ZYGOURIS, 2002) que, após ser superado e constituído àquilo que é comum e compartilhável pode, enfim fazer emergir a diferença, produzindo a retificação subjetiva e o aparecimento do sujeito, entre significantes. A diferença, portanto, só pode aparecer a partir de um solo comum, este constituído no tempo do compreender.

Essa é a forma como, por exemplo, Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo*, relata um de seus dias, a fim de narrativizar a experiência da catástrofe:

16 de junho. Hoje não temos nada pra comer. Queria convidar os filhos pra suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive precisa comer. Fiquei nervosa pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ficou de mal comigo? (DE JESUS, 2020, p. 161)

Vemos, em Carolina, a escrita como forma de dar conta e contornar a catástrofe. A autora preenche a fome, tão comum aos seus relatos, com o desejo de escrita, contornando a miséria com palavras e narrativizando tal emergência, produzindo, através da história, também em nós, uma forma de representar a miséria, tal como o transitivismo, preconizado na noção de sofrimento.

Este sofrimento, apresentado na escrita de Carolina e apresentado na fala dos trabalhadores do serviço funerário, porta uma verdade (AMBRA; PAULON, 2019), a verdade de que as diferenças não podem aparecer enquanto as desigualdades sociais estiverem sobressalentes.

Para que possa existir retificação subjetiva, é necessário incluir na escuta as suas gramáticas de conflitos e tensões, sua dialética, para que possam ser temporalizadas e temporárias, ao mesmo tempo em que são reconhecidas.

E o que pode a psicanalista diante desse cenário? A aposta radical de Lacan no inconsciente transindividual (1998[1953]) que preconiza que nosso lastro simbólico e nossa singularidade é constituída histórica e coletivamente, que o reconhecimento entre seres se dá no reconhecimento do desejo (LACAN, 1998[1945]) nos diz do cerne da subversão psicanalítica: “a necessidade de não desenraizar o sujeito de seu tempo” (ROSA, 2016, p. 25) e reconhecer o seu desejo (sua alteridade) e sua temporalidade a partir de condições materiais. Reconhecer os cemitérios como espaços de história e memória de uma população é trazer dignidade aos vivos.

O desamparo é humano. Sua permanência é catastrófica.



Cemitério de Perus. (Arquivo Pessoal)

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. (2008) **Signatura Rerum** Barcelona: Ed. Anagrama, 2010

AMBRA, P.; PAULON, C. P. **Sofrimento, verdade e políticas identitárias**. Publicado em: LavraPalavra, 2019. Acesso: <https://lavrpalavra.com/2019/07/26/sofrimento-verdade-e-politicas-identitarias/>

BAIRRÃO, J. M. F. H. Clínica e sociedade: O que será um psicanalista?. **Bol. Form. Psicanal**, vol. 9, nº 2 (p. 7-22). São Paulo, 2000.

- BENJAMIN, W. (1936) O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Walter Benjamin: Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política** (p. 197-221). São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CAMPOS, R. O. **Psicanálise e saúde coletiva: interfaces**. São Paulo: Ed. Hucitec (2. Ed), 2014.
- COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da reforma psiquiátrica: contribuições à uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FREUD, S. (1914) Recordar, repetir e elaborar. In: **Obras completas vol. 10** (p. 146-158). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, S. (1926) Inibição, sintoma e angústia In. FREUD, S. **Obras Completas vol. 17**. Companhia das Letras: São Paulo, 2014.
- FREUD, S. (1927) O futuro de uma ilusão. In. FREUD, S. **Obras Completas vol. 17**. Companhia das Letras: São Paulo, 2014.
- JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.
- LACAN, J. (1945) O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998, p. 197-2013.
- LACAN, J. (1953) Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998. (p. 238-324)
- SANTOS, M. O retorno do território. In: **OSAL – Observatório Social da América Latina**. Ano 06, n. 16. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.
- ZYGOURIS, R. **O vínculo inédito**. São Paulo: Escuta, 2002.